

1                   **3<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO DEPARTAMENTO DE DIREITO DO**  
2                   **INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DE VOLTA REDONDA**

3                   Aos 22 dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, às dezesseis horas e 10  
4                   minutos, ocorreu na sala 210 – A, do ICHS, sob a presidência do professor Marcus  
5                   Wagner de Seixas, a terceira Reunião Ordinária do Colegiado Departamental do Curso  
6                   de Direito do Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda. Participaram  
7                   da Reunião os seguintes Professores em ordem alfabética: Ana Alice De Carli, Antonio  
8                   D'Elia Junior, Carla Appolinario de Castro, Clarissa Maria Beatriz Brandão de  
9                   Carvalho Kowarski, Marco Aurélio Lagreca Casamasso, Matheus Vidal Gomes  
10                  Monteiro, Patrícia Silva Cardoso, Vanessa Iacomini, Taiguara Libano Soares e Souza e  
11                  Vinícius Figueiredo Chaves, assim como os professores substitutos Bárbara Nogueira  
12                  Nunes, Cristiane Borborema Chache, Denise de Almeida Guimarães, Magaly Corrêa  
13                  Lazzoli e Marco Antonio Rodrigues Jorge. Os professores Carlos Eduardo Cunha  
14                  Martins Silva, Dalmir José Lopes Junior, Marcelo de Carvalho, Renata Braga  
15                  Klevenhusen justificaram a ausência. Os professores Andressa Guimarães Torquato  
16                  Fernandes, Josyeler Aparecida Arana Santos, João Paulo Orsini Martinelli, Pedro  
17                  Curvello Saavedra Avazaradel, Mariana Devezas Rodrigues Murias de Menezes e  
18                  Quintino Lopes Castro Tavares, encontram-se afastados e, portanto, dispensados. As  
19                  alunas Fernanda Valéria Nogueira Macedo e Larissa Cristina Garcez Silva  
20                  representaram o Centro Acadêmico. Iniciando a reunião o Professor Marcus Wagner de  
21                  Seixas informou a pauta: 1) Assinatura da ata da reunião anterior; 2) Aprovação dos  
22                  RADs 2016 pendentes de aprovação; 3) Retificação dos textos das aprovações dos  
23                  relatórios finais de 32 meses da Comissão Avaliadora do Estágio probatório dos  
24                  professores Ana Alice De Carli, Andressa Guimarães Torquato e Pedro Curvello  
25                  Saavedra Avzaradel; 4) Aprovação do Relatório final de 32 meses da Comissão  
26                  Avaliadora do Estágio probatório do professor Matheus Vidal Gomes Monteiro; 5)  
27                  Aprovação do Material Didático de Direito Constitucional III; 6) Aprovação da  
28                  conversão para EAD das disciplinas: Direito Ambiental Internacional, História  
29                  do Direito I, Direito Internacional Privado II, Direito Econômico e Financeiro, Direito  
30                  Empresarial e Societário e Deontologia Jurídica; 7) Informes de Comissão de formatura;  
31                  8) Assuntos Gerais. **No item 1 da pauta**, Aprovação da ata anterior, o colegiado  
32                  departamental aprovou a ata da 2<sup>a</sup> Reunião Departamental, tendo sido assinada pelos  
33                  presentes. **No item 2 da pauta**, Aprovação dos RADs 2016 pendentes de aprovação, o  
34                  Colegiado Departamental aprovou os RADs 2016 dos seguintes professores: Josyeler  
35                  Aparecida Arana Santos e Taiguara Libano Soares e Souza. **No item 3 da pauta**,  
36                  Retificação dos textos das aprovações dos relatórios finais de 32 meses da Comissão  
37                  Avaliadora do Estágio probatório dos professores Ana Alice De Carli, Andressa  
38                  Guimarães Torquato e Pedro Curvello Saavedra Avzaradel, o professor Marcus Seixas  
39                  informou que a CPPD solicitou uma correção no texto da ata de aprovação dos  
40                  processos de estágio probatório que retornaram. Considerando as exigências contidas no  
41                  processo de homologação de estágio probatório das docentes Ana Alice De Carli e  
42                  Andressa Guimarães Torquato Fernandes, o Colegiado do Departamento de Direito de  
43                  Volta Redonda consigna na presente Ata que os relatórios e consequentes pareceres das  
44                  Comissões Avaliadoras foram aprovados sem restrições. Consignamos também que os  
45                  referidos relatórios já haviam sido apresentados tempestivamente pelas docentes,  
46

47 ocasião em que os respectivos relatórios foram aprovados pelo Colegiado do  
48 Departamento. De modo que, na Ata n. 42, de 16 de dezembro de 2015, aprovou-se os  
49 relatórios de estágio probatório de 12 meses e na Ata n. 48 aprovou-se os relatórios de  
50 estágio probatório de 24 e 32 meses das professoras Ana Alice De Carli e Andressa  
51 Guimarães Torquato Fernandes. O Colegiado do Departamento de Direito de Volta  
52 Redonda consigna também na presente Ata que os relatórios e consequentes pareceres  
53 da Comissão Avaliadora referentes ao processo de estágio probatório do professor  
54 Pedro Curvello Saavedra Avzaradel foram aprovados sem restrições. De modo que, na  
55 Ata n. 42, de 16 de dezembro de 2015, aprovou-se o relatório de estágio probatório de  
56 12 meses, na Ata nº 45, de 15 de junho de 2016, aprovou-se o relatório de estágio  
57 probatório de 24 meses e na 1ª Ata de 30 de março de 2017 aprovou-se o relatório de  
58 estágio probatório de 32 meses. Consignamos também que os referidos relatórios foram  
59 apresentados tempestivamente pelo docente. Em resumo, com base nos pareceres  
60 favoráveis, a plenária aprova por unanimidade os estágios probatórios dos professores:  
61 Ana Alice De Carli, Andressa Guimarães Torquato Fernandes e Pedro Curvello  
62 Saavedra Avzaradel. **No item 4 da pauta,** Aprovação do Relatório final de 32 meses da  
63 Comissão Avaliadora do Estágio probatório do professor Matheus Vidal Gomes  
64 Monteiro, o Colegiado Departamental consigna na presente Ata que o relatório e  
65 consequente parecer de 32 meses da Comissão Avaliadora referentes ao processo de  
66 estágio probatório do professor Matheus Vidal Gomes Monteiro foram aprovados sem  
67 restrições. **No item 5 da pauta,** Aprovação do Material Didático  
68 de Direito Constitucional III. O material foi aprovado pelo Colegiado Departamental.  
69 **No item 6 da pauta,** Aprovação da conversão para EAD das  
70 disciplinas: Direito Ambiental Internacional, História do Direito I, Direito Internacional  
71 Privado II, Direito Econômico e Financeiro, Direito Empresarial e Societário e  
72 Deontologia Jurídica. O professor Marcus Seixas disse que a disciplina de Direito do  
73 Consumidor da grade curricular do Curso de Direito já está sendo oferecida na  
74 modalidade EAD desde o início do semestre e que surgiram demandas para que outras  
75 disciplinas fossem convertidas para a modalidade EAD. O professor informou, ainda,  
76 que as disciplinas EAD são criadas com códigos diferentes e nada impede que a  
77 modalidade seja revista a qualquer tempo e em caso de insucesso volte para a  
78 modalidade presencial, que não está convertendo disciplinas que são preementes de sala  
79 de aula, no entanto deve se ter a opção de poder trabalhar com a modalidade EAD e  
80 compreensão de que não é nada definitivo. A professora Vanessa Iacomi disse que  
81 gostaria de rever, pois têm algumas disciplinas obrigatórias, principalmente as que são  
82 cobradas pela OAB que serão convertidas para a modalidade EAD. O professor Marcus  
83 Seixas informou que uma Resolução do MEC permite que até 20% da carga horária  
84 total do curso pode ser convertida em EAD, sem distinção entre optativas e obrigatórias.  
85 A representante do Centro Acadêmico Fernanda solicitou que a votação fosse adiada até  
86 que todos os alunos pudessem ser ouvidos e opinasse sobre a inclusão da modalidade  
87 EAD para essas disciplinas, disse que não é contra o novo, mas o diálogo é  
88 indispensável. A aluna disse, ainda, que a disciplina História do Direito não deve ser  
89 convertida para a modalidade EAD, assim como as disciplinas de Direito do  
90 Consumidor e Deontologia Jurídica, a primeira por necessitar de um espaço físico para  
91 diálogo e reflexão e as duas últimas porque são cobradas no exame da OAB. O  
92 professor Marcus Seixas disse que a votação já está na pauta e que têm certas coisas que  
93 não vão ter 100% de aprovação, que se compromete a conversar e explicar aos alunos o

JL  
2  
mhz  
222

que vai ser diferente. A professora Clarissa disse que já teve várias experiências com EAD e que a inclusão desta ferramenta é positiva e precisa ser trazida para a sala de aula. A professora Ana Alice disse que pediu ao professor Marcus Seixas que a disciplina optativa de Direito Ambiental Internacional fosse convertida para a modalidade EAD, uma vez que a disciplina requer pesquisa imediata a sites da internet e na sala de aula ela fica engessada, que em caso de dúvida do aluno já envia o link e resolve na hora, que a disciplina é ambiental global e que será mais profícua nessa modalidade do que em sala de aula. O professor Marcus Seixas disse que a modalidade não irá tirar o professor da sala de aula e pediu que os alunos ponderassem este ponto de vista. O professor Vinícius Chaves disse que se trata de uma adequação a diretriz institucional do MEC e que o diálogo é fundamental. O professor Taiguara Souza disse que o ganho é inegável, pois envolve a inclusão de novas ferramentas, que acredita também que a presença física é imprescindível para um debate reflexivo quando se trata de disciplinas propedêuticas como História do Direito, por exemplo, e se preocupa que isso cresça e se banalize dependendo do caminho que vai enveredar. A professora Carla disse que o percentual do MEC de 20% é facultativo e não obrigatório, que acredita que isso pode não ser bom no aspecto político, pois o curso está na expectativa da concessão de vagas para professor e que a conversão de disciplinas em EAD pode ser visto como uma alternativa para a não concessão de vagas para o Curso. A professora sugere avaliação prévia do tema com posterior análise pelo Núcleo Docente Estruturante, disse também que a questão não é somente a metodologia, mas a questão do acesso do aluno a internet, pois às vezes a condição financeira do aluno não é compatível com a metodologia, por necessitar fazer uso dessa ferramenta. A professora Clarissa Brandão disse que o aluno deve ter acesso ao laboratório de informática para ter acesso às plataformas. O professor Antonio D'Elia disse que o novo sempre vem, que a autocensura não combina com a Academia e que o curso deve se adaptar aos novos tempos. O professor Marco Casamasso disse que considera as mudanças inevitáveis e incontornáveis, que daqui a vinte ou trinta anos muitas mudanças irão ocorrer, e que fica preocupado com relação à possibilidade do corte das vagas com a implementação dessa metodologia. A professora Carla Appolinario disse que não tem dados, mas que os Sindicatos podem ser consultados sobre a questão, que na UFF eles trabalham com a demanda real, e diminuindo professor em sala de aula altera as condições de trabalho, que estamos em um contexto de crise e as vagas estão contingenciadas. O professor Marcus Seixas disse que na reunião convocada com o Reitor para tratar justamente da questão de vagas para professor o mesmo se comprometeu a conceder as vagas, pois já estão solicitadas no MEC e que a solução depende somente da melhoria da situação econômica atual. O professor Marcus Seixas disse que como chefe de departamento precisa tomar decisões e que sempre procura trazer as questões para o Colegiado, ouvir a todos, que compreendeu todos os posicionamentos do CADOM e que leva em consideração, mas que as decisões precisam ser tomadas. Após discussões ficou decidido que a disciplina de História do Direito fica fora da lista para conversão, em seguida procedeu-se a votação que aprovou a conversão das seguintes disciplinas para a modalidade de Ensino a distância (EAD): Direito Ambiental Internacional, Direito Internacional Privado II, Direito Empresarial e Societário, (onze votos a favor e dois votos contrários) e Deontologia Jurídica e Direito Econômico e Financeiro (sete votos a favor e seis contrários). No item 7 da pauta, Informes de Comissão de formatura, o item não foi debatido, pois a comissão não estava presente.

141 No item 8 da pauta, Assuntos Gerais, o Colegiado Departamental aprovou a  
142 prorrogação do afastamento para Doutorado da professora Josycler Aparecida Arana  
143 Santos. O professor Marcus Seixas informou que o professor Víncius Chaves irá  
144 contribuir com a formulação da plataforma para a disciplina EAD de Direito  
145 Empresarial e Societário. O professor Marcus Seixas informou que Curso do ENAP  
146 sobre o SEI (Sistema Eletrônico de Informações) está disponível para toda a  
147 Administração Pública Federal que instituirá o processo eletrônico e foi orientado a  
148 pedir que todos os professores façam o curso do ENAP pela internet que tem duração de  
149 20h. O professor informou também que recebeu os Códigos solicitados na visita à  
150 Brasília e está entregando aos alunos e que pretende sempre solicitar mais livros  
151 inclusive na próxima visita a Brasília deste ano. O professor informou também que a  
152 nova plataforma do RAD está disponível e sugere aos professores que consultem a nova  
153 plataforma RAD e vão se familiarizando com ela. A professora  
154 Clarissa Maria Beatriz Brandão de Carvalho Kowarski solicitou aprovação para  
155 afastamento do país no período de 25 a 29 de setembro de 2017, para participação no  
156 Simpósio “Repensando y renovando el derecho internacional dentro, desde y sobre la  
157 América Latina” que ocorrerá em Bogotá, Colômbia, nos dias 26, 27 e 28 de setembro  
158 de 2017. O professor Matheus Vidal Gomes Monteiro solicitou renovação dos projetos  
159 de pesquisa para o ano de 2017-2018, retroagindo -se a manutenção à data do início do  
160 presente semestre, os projetos são: A conciliação nos JECs do Município de Volta  
161 Redonda - RJ; Revisitando Mauro Cappelletti e Bryant Garth: entre barreiras e ondas  
162 para o acesso à justiça no âmbito do Município de Volta Redonda- RJ: a assistência  
163 judiciária gratuita; Entre a Lei, a doutrina e a jurisprudência: um mapeamento das  
164 principais discussões no âmbito do Direito processual civil diante do cenário de  
165 insegurança jurídica processual. Aprovado pelo Colegiado Departamental. O professor  
166 Matheus Vidal informou a aceitação do convite para participação do Grupo de Pesquisa  
167 vinculado ao curso de Direito do Grupo IBMEC-RJ: A Sociedade Civil e o Estado de  
168 Direito: mutações e desenvolvimento, liderado pelo Prof.Dr. Getúlio Nascimento Braga  
169 Jr. e a aceitação do convite para participação do DASEIN:Núcleo de Estudos  
170 Hermenêuticos, liderado pelo Prof. Dr. Lenio Streck, Unisinos.O professor Vinícius  
171 Figueiredo Chaves solicitou aprovação da criação do grupo de pesquisa Direito,  
172 Economia, Instituições e Desenvolvimento (linhas de pesquisa: 1) empresa e atividades  
173 econômicas; 2)mercado de capitais e governança; 3)análise econômica do Direito; 4)  
174 Estado-empresário e Estado - regulador). Aprovado pelo Colegiado departamental. As  
175 alunas representantes do Centro Acadêmico apresentaram o primeiro questionário da  
176 nova gestão do CADOM e informaram que as opiniões dos alunos serão conhecidas  
177 através destes questionários e repassadas ao Colegiado do Departamento.Como nada  
178 mais houve a tratar, foi encerrada a reunião às dezoito horas e dez minutos e eu,  
179 Priscilla de Souza Nascimento lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será  
180 assinada por mim e por todos os membros do colegiado presentes na reunião.

Marcus Wagner de Seixas  
Chefe do Departamento

Priscilla de Souza Nascimento  
Secretária do Departamento

Universidade Federal Fluminense  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais  
Departamento de Direito

- 188 \_\_\_\_\_ Ana Alice De Carli  
189 \_\_\_\_\_  
190 \_\_\_\_\_  
191 \_\_\_\_\_  
192 \_\_\_\_\_  
193 \_\_\_\_\_  
194 \_\_\_\_\_  
195 \_\_\_\_\_ Bárbara Nogueira Nunes  
196 \_\_\_\_\_ (Professora substituta)  
197 \_\_\_\_\_  
198 \_\_\_\_\_  
199 \_\_\_\_\_  
200 \_\_\_\_\_  
201 \_\_\_\_\_ Clarissa Maria Beatriz Brandão de Carvalho Kowarski  
202 \_\_\_\_\_  
203 \_\_\_\_\_  
204 \_\_\_\_\_ Cristiane Borborema Chaché  
205 \_\_\_\_\_ (Professora substituta)  
206 \_\_\_\_\_  
207 \_\_\_\_\_  
208 \_\_\_\_\_ Dalmir José Lopes Junior  
209 \_\_\_\_\_  
210 \_\_\_\_\_  
211 \_\_\_\_\_  
212 \_\_\_\_\_ Magaly Corrêa Lazzoli  
213 \_\_\_\_\_ (Professora substituta)  
214 \_\_\_\_\_  
215 \_\_\_\_\_  
216 \_\_\_\_\_ Marco Antonio Rodrigues Jorge  
217 \_\_\_\_\_ (Professor substituto)  
218 \_\_\_\_\_  
219 \_\_\_\_\_  
220 \_\_\_\_\_ Marco Aurélio Lagreca Casamasso  
221 \_\_\_\_\_  
222 \_\_\_\_\_  
223 \_\_\_\_\_ Matheus Vidal Gomes Monteiro  
224 \_\_\_\_\_  
225 \_\_\_\_\_  
226 \_\_\_\_\_ Patrícia Silva Cardoso  
227 \_\_\_\_\_  
228 \_\_\_\_\_  
229 \_\_\_\_\_ Taiguara Líbano Soares e Souza  
230 \_\_\_\_\_  
231 \_\_\_\_\_  
232 \_\_\_\_\_  
233 \_\_\_\_\_ Vanessa Iacomini  
234 \_\_\_\_\_



Universidade Federal Fluminense  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais  
Departamento de Direito

235  
236 Vinícius Figueiredo Chaves

Alunas votantes -Representantes do Centro Acadêmico:

Fernanda Valéria Nogueira Macedo

Larissa Cristina Garcez Silva

Larissa Cristina Garcez Silva

Larissa Cristina Garcez Silva

*[Handwritten signatures]*